



PROGRAMAÇÃO
CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE MAGISTRADOS
OS DESAFIOS DA JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE - RES. 530/2023 CNJ

INFORMAÇÕES DA ESCOLA	Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro Responsável Técnico da Escola: Simone Cuber Araujo Pinto Diretora do DEAMA-EMERJ: Patsy Schlesinger Diretor da Escola: Desembargador Marco Aurélio Bezerra de Mello Mandato do Diretor: 05/02/2023 a 05/02/2025		
PERÍODO DE INSCRIÇÃO	Até dia 09 de outubro de 2024		
DATA E HORÁRIO	De 14 de outubro a 14 de novembro de 2024 Data das aulas síncronas: 18 e 21/10 e 01/11, das 09h às 10h30min. Data da aula presencial: 08/11, das 09h às 18h		
TIPO DE ATIVIDADE (Res. 11/2020 ENFAM)	Curso de formação continuada;	CARGA HORÁRIA	30 horas
MODALIDADE	Semipresencial	Nº DE VAGAS	40
LOCAL	Plataforma Moodle (http://virtual.emerj.com.br/) e Plataforma Zoom		
PÚBLICO-ALVO	Magistrados do TJRJ		
EMENTA DO CURSO	Direitos Humanos e Direitos Fundamentais. Direito à Saúde. Saúde no Brasil: âmbitos público e privado. Fonajus e o Comitê Estadual de Saúde; Os Natjus's; Núcleos de Saúde no TJRJ; Políticas Públicas. Sistema Único de Saúde; Ética na prolação de decisões judiciais relacionadas ao Direito à Saúde; Evidências em Saúde e decisão judicial; Incorporação de Novas Tecnologias de Saúde e suas consequências nos âmbitos privado e público. Precedentes jurisprudenciais dos Tribunais Superiores. Os desafios da Judicialização da Saúde.		
TEMAS GERAIS			
EIXOS E SUBEIXOS	Boas práticas e Atualizações em Fontes/Pensamento Jurídico Teórico e Aplicado: Temas de Direito Constitucional; Temas em Direito Administrativo; Temas em Legislações Especiais; Temas de Direitos Humanos e Fundamentais Construção de Pensamento Crítico e/ou Compreensivo Teórico e Aplicado: Temas em Ética; Epistemologia, Filosofia e Teoria da Justiça; Lógica, Hermenêutica, Instrução processual e Racionalidade decisória (efetividade); Direitos Humanos,		

	Gênero, Racismo e Diversidade; Agenda 2030 e temas de Cooperação Internacional; Direito, Economia e aplicações prática.
JUSTIFICATIVA	O grande número de demanda em saúde impõe aos magistrados o constante aperfeiçoamento para julgamento deste tema. Se por um lado, as regras próprias do setor ainda são pouco conhecidas pelos magistrados, por outro, acompanhar as mudanças jurisprudenciais e a assimilação de novas tecnologias em saúde, bem como refletir sobre as consequências da decisões judiciais para as políticas públicas, são medidas que se impõem, na busca pela maior efetividade dos Direitos Humanos em Saúde. Busca-se, ainda, o atendimento ao disposto na Resolução 530\2023 do CNJ, que instituiu a Política Judiciária de Resolução Adequada das Demandas de Assistência à Saúde e estabeleceu diretrizes para o planejamento de ações no âmbito do Fórum Nacional do Judiciário para a Saúde (Fonajus) e o seu respectivo Plano Nacional (2024 – 2029).
OBJETIVO GERAL	Ao final do curso, espera-se que os(as) alunos(as) seja(m) capazes de realizar o exercício da jurisdição em relação aos Direitos Humanos em Saúde refletindo criticamente acerca do sistema de saúde brasileiro e das consequências das decisões judiciais nesta seara a partir do debate acerca dos precedentes judiciais e do processo de judicialização da saúde.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	<ol style="list-style-type: none"> 1) Avaliar criticamente o sistema de saúde brasileiro, no âmbito privado e no público, para a tomada de decisão que melhor garanta os Direitos Humanos em Saúde; 2) Analisar a jurisprudência temática dos tribunais superiores e suas aplicabilidades. 3) Identificar as consequências das ações e das decisões judiciais para o setor da saúde.
DETALHES DA ATIVIDADE E CORPO DOCENTE	
COORDENAÇÃO E TUTORIA	<p>Coordenação: Ricardo Couto de Castro Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Possui graduação em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1987) e pós-graduação pela Universidade de Coimbra (1999). Lattes: http://lattes.cnpq.br/9267635328746437</p> <p>Renata de Lima Machado Juíza de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Doutoranda em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Sérgio Arouca, - ENSP, da Fundação Oswaldo Cruz; Mestra em Saúde e Direitos Humanos pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca - FIOCRUZ em convênio com a Escola da Magistratura do Rio de Janeiro, EMERJ. Possui graduação em Direito pela Universidade Federal Fluminense</p>

	<p>(1998). Presidente do Fórum de Saúde Pública e Acesso à Justiça da Escola da Magistratura do Rio de Janeiro - EMERJ. Instrutora da Escola de Administração Judiciária TJRJ e juíza de direito - Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Civil e Direito Processual Civil.</p> <p>http://lattes.cnpq.br/9655660723765838</p> <p>Tutoria:</p> <p>Renata de Lima Machado</p> <p>Doutoranda em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Sérgio Arouca, - ENSP, da Fundação Oswaldo Cruz; Mestra em Saúde e Direitos Humanos pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca - FIOCRUZ em convênio com a Escola da Magistratura do Rio de Janeiro, EMERJ. Possui graduação em Direito pela Universidade Federal Fluminense (1998). Presidente do Fórum de Saúde Pública e Acesso à Justiça da Escola da Magistratura do Rio de Janeiro - EMERJ. Instrutora da Escola de Administração Judiciária TJRJ e juíza de direito - Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Civil e Direito Processual Civil</p> <p>http://lattes.cnpq.br/9655660723765838</p>
DOCENTES VÍDEO AULAS	<p>Renata de Lima Machado</p> <p>Doutoranda em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Sérgio Arouca, - ENSP, da Fundação Oswaldo Cruz; Mestra em Saúde e Direitos Humanos pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca - FIOCRUZ em convênio com a Escola da Magistratura do Rio de Janeiro, EMERJ. Possui graduação em Direito pela Universidade Federal Fluminense (1998). Presidente do Fórum de Saúde Pública e Acesso à Justiça da Escola da Magistratura do Rio de Janeiro - EMERJ. Instrutora da Escola de Administração Judiciária TJRJ e juíza de direito - Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Civil e Direito Processual Civil</p> <p>http://lattes.cnpq.br/9655660723765838</p> <p>Thaisa Guerreiro de Souza</p> <p>Possui graduação em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2004). Atualmente é Defensora Pública do Estado do Rio de Janeiro, exercendo a função de Coordenadora de Saúde e Tutela Coletiva. Também é Mestre em Saúde Coletiva pela ENSP/Fiocruz, com especialização em Políticas Públicas e Tutela Coletiva pela Fundação Escola Superior do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro em andamento. Tem experiência nas áreas do Direito, Políticas Públicas e Saúde Coletiva</p> <p>http://lattes.cnpq.br/7053669567622349</p>
DOCENTES ENCONTROS SÍNCRONOS	<p>Adriana Marques dos Santos Laia Franco</p> <p>Possui Pós Graduação em Gênero e Direito pela Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (2022) Possui Mestrado Profissional em Direito, Justiça e Saúde da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, na Fundação Oswaldo Cruz (2018) Possui graduação em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2001). Atualmente é magistrada - Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em Políticas Públicas. Presidente do</p>

	<p>Fórum Permanente dos Direitos das Pessoas com Deficiência da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro. http://lattes.cnpq.br/0368967919568711</p> <p>Flavio Afonso Badaró Possui graduação em Farmácia pela Universidade Estácio de Sá (2004), especialização em Administração Pública pelo Fundação Getúlio Vargas (2021) e aperfeiçoamento em Aperfeiçoamento, ser Gestor SUS pela Faculdade de Ciências Médicas e da Saúde de Juiz de Fora (2022). Assessor Chefe do Núcleo de Assessoria técnica em assuntos de saúde - Nat- JUS. Mestrando em Gestão da Assistência Farmacêutica – UFF. Atualmente é Assessor-Chefe da Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro, Membro de comitê assessor do Conselho Nacional de Justiça, Consultor Técnico do Instituto de Fomento Apoio e Desenvolvimento da Assistência Farmacêutica, Membro do Conselho Federal de Farmácia e Coordenador de Grupo de Trabalho do Conselho Regional de Farmácia do Estado do Rio de Janeiro. Tem experiência na área de Farmácia, com ênfase em Assistência Farmacêutica. http://lattes.cnpq.br/6006936162213247</p> <p>Clenio Jair Schulze Juiz Federal TRF 4ª Região. Doutor e Mestre em Ciência Jurídica pela Universidade do Vale do Itajaí - Univali. Pós Graduado em Justiça Constitucional e Tutela Constitucional dos Direitos pela Universidade de Pisa/IT. Professor da Escola da Magistratura Federal de Santa Catarina ESMAFESC. Professor da Pós Graduação do Instituto Luiz Mário Moutinho. Membro do Comitê de Saúde do Fórum da Saúde do Conselho Nacional de Justiça. Foi Juiz Auxiliar, da Presidência do Conselho Nacional de Justiça CNJ (2013/2014). Autor do livro Judicialização da Saúde no Século XXI (2018) e coautor do livro Direito à Saúde (2019). http://lattes.cnpq.br/8948874571106150</p> <p>Marcia Correia Hollanda Possui graduação em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1995). Mestranda em Direito Processual na UERJ, início fevereiro de 2022. Magistrada do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, tendo tomado posse em 06/01/2003. Juíza Titular da 47 Vara Cível da Comarca da Capital do TJRJ desde 2015. Desde fevereiro de 2021, está à disposição da Terceira Vice Presidência do Tribunal de Justiça do TJRJ como juíza auxiliar e coordenadora do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e Ações Coletivas – NUGEPAC http://lattes.cnpq.br/1531037884806574</p> <p>Katylene Collyer Pires de Figueiredo Mestre em Saúde Pública pela FIOCRUZ/RJ em parceria com a EMERJ (2018). Possui graduação em Direito pela Universidade Cândido Mendes (2003). Já foi professora auxiliar na da Fundação Educacional Serra dos Órgãos. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Civil. Concluiu o curso de preparação da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ) no final de 2006. Tomou posse com Juíza de Direito do Estado do Rio de Janeiro em 23/01/2007. Atualmente também leciona na EMERJ, direito civil, especificamente Família e Sucessões. Professora de Direito Civil IV (Família) na Faculdade de Miguel Pereira desde agosto de 2021.</p>
--	--

	http://lattes.cnpq.br/9906822824575773
DOCENTES PRESENCIAIS	<p>Ricardo Rodrigues Cardoso Presidente do TJRJ no biênio 2023/2024. Possui graduação em Direito. Desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro desde 2003. Foi diretor-geral da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ) no biênio 2017/2018. Foi corregedor-geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro no biênio 2021/2022. Link Lattes: http://lattes.cnpq.br/6858102321819383</p> <p>Henrique Carlos Andrade Figueira Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro - TRE/RJ.</p> <p>Cesar Felipe Cury Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Presidente do NUPEMEC. Membro da Comissão de Acesso à Justiça do CNJ. Mestre e Doutor em Direito. Coordenador e Professor da EMERJ. Presidente do Fórum Permanente e Coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Mediação da EMERJ. Possui certificação Formação de Formadores. Link para o Lattes: http://lattes.cnpq.br/0082324102757049</p> <p>Ricardo Couto de Castro Possui graduação em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1987) e pós-graduação pela Universidade de Coimbra (1999). Atualmente é Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Lattes: http://lattes.cnpq.br/9267635328746437</p> <p>Denise Nicoll Simões Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Pós-graduação em Direito do Consumidor na Universidade de Coimbra.</p> <p>Elton Martinez Carvalho Leme Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Graduação em Direito na UERJ.</p> <p>Carmen Silvia Lima de Arruda Pós-doutoranda em Direito Econômico, Financeiro e Tributário na USP. PhD em Direito Público pela Universidade de Pavia, Itália e Doutora em Sociologia e Direito pela UFF em 2019. Mestre em Justiça Administrativa (PPGJA/UFF- 2015). Desembargadora Federal do TRF2, promovida por merecimento em 2022. Coordenadora do Comitê Estadual da Saúde/RJ (2024). Membro do Conselho Superior da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (2024/2026). Membro do Conselho de Desenvolvimento da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2024-2027). Coordenadora da Comissão Acadêmica do Exame Nacional da Magistratura - ENAM (2023-2024). Coordenadora da Comissão de Direito Tributário da Escola da Magistratura Regional Federal da 2a Região - EMARF. Link para Lattes: http://lattes.cnpq.br/0314644085422182</p>

	<p>Marco Aurélio Bezerra de Melo Doutor e Mestre em Direito pela Universidade Estácio de Sá (UNESA). Diretor-Geral e Professor emérito da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ). Professor titular do IBMEC. Professor permanente do PPGD da UNESA. Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ). Possui certificação Formação de Formadores. Link para o Lattes: http://lattes.cnpq.br/6520966567216692</p>
METODOLOGIA E MATERIAL DE ENSINO	<p>Considerando o caráter participativo do curso, serão utilizados o método de estudo de casos, debates, aulas expositivas e dialogadas e a sala de aula invertida, combinando-se tais estratégias segundo o indicado para cada uma das aulas, e considerado o seguinte:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Os debates visarão à construção dos conceitos e a identificação de exemplos paradigmáticos e serão realizados em pequenos grupos ou com a turma toda, a partir de textos ou de situações concretas trazidas pelo(a) docente; deverão seguir as regras acordadas entre docente e alunos(as) na primeira aula do curso e privilegiarão a oposição e convergência de ideias entre alunos(as), a diversidade de participações, a experiência (profissional e pessoal) prévia e a leitura dos textos. b) Método de estudo de caso. Os casos concretos serão apresentados nas aulas em que esta metodologia for prevista, sendo objeto de debates em pequenos grupos ou pela turma inteira. c) Aulas expositivas e dialogadas (síncronas e presenciais): exposição do conteúdo pelo(a) docente com possibilidade de intervenção do corpo discente, seguida de discussão e dúvidas; d) Sala de aula invertida: Para as aulas em que previsto este método, os alunos deverão ler obrigatoriamente o material previamente disponibilizado, para discussão, tirar dúvidas e conclusões em sala de aula. Os últimos minutos de cada uma das aulas serão dedicados à sistematização da discussão, na qual serão indicados pelo(a) docente os principais pontos levantados pela turma e outros tópicos relevantes não abordados nas discussões.
PROGRAMAÇÃO	
AMBIENTAÇÃO Período: 14 e 15 de outubro de 2024	Vídeo de apresentação do curso; Programação; Manual do aluno; Navegando pela Plataforma; fórum de apresentação tutora e alunos(as).
Módulo 1 Período: 16 a 22 de outubro de 2024	<p>Ementa: Direitos Humanos e Fundamentais; Direito à Saúde; Saúde no Brasil: âmbitos público e privado; FONAJUS (Fórum Nacional do Judiciário para a Saúde); Comitê Estadual de Saúde do TJRJ; Núcleos de Saúde no TJRJ – Competências e atribuições; Sistema Único de Saúde: princípios, diretrizes e organização; A distribuição de competências entre os entes públicos e solidariedade; Políticas públicas e decisões judiciais.</p> <p>Vídeo aulas</p>

<p>Encontro síncrono: 18 de outubro de 2024 das 9h às 10h30min</p> <p>Carga horária: 6 horas</p>	<p>Aula 1. Conteúdo programático: Direitos Humanos e Fundamentais; Direito à Saúde; Saúde no Brasil: âmbitos público e privado; SUS – Sistema Único de Saúde: princípios, diretrizes e organização. A distribuição de competências entre os entes públicos e solidariedade; Políticas públicas e decisões judiciais Docente: Thaisa Guerreiro</p> <p>Aula 2. Conteúdo programático: FONAJUS (Fórum Nacional do Judiciário para a Saúde); Comitê Estadual de Saúde do TJRJ. O Comitê Estadual de Saúde do CNJ no Rio de Janeiro. Docente: Renata de Lima Machado</p> <p>Encontro síncrono: 18 de outubro, das 9h às 10h30min Núcleos de Saúde no TJRJ – Competências e atribuições. Estudos de casos. Núcleo de Apoio Técnico do Poder Judiciário – NATJUS do TJRJ; Núcleo de Apoio Técnico do Poder Judiciário – NATJUS Nacional. Rede NATJUS. Sistema E-NATJUS. Docentes: Adriana Laia Franco e Flavio Afonso Badaró.</p> <p>Metodologia da aula: Brainstorm para a avaliação diagnóstica sobre o tema da aula (10mim). Exposição dialogada sobre o conteúdo (40min). Estudo de caso (40min.).</p> <p>Metodologia e Avaliação de aprendizagem: Mural virtual - Linha do tempo e Fórum de discussão formativa; presença e participação em encontro síncrono.</p> <p>Material obrigatório:</p> <p>A história da saúde pública no Brasil – 500 anos na busca de soluções, produção: Vibe Films direção: Sylvia Jardim distribuição: VideoSaúde Distribuidora da Fiocruz ano da produção: 2015 https://www.youtube.com/watch?v=7ouSg6oNMe8 (17 minutos)</p> <p>dos Santos, S. S. M., & Neto, Z. G. (2022). Direito á saúde: cumprimento da meta 3.8 da agenda 2030 no contexto atual / Right to health: meeting agenda 2030 target 3.8 in the current context. Brazilian Journal of Development, 8(5), 39780–39799. https://doi.org/10.34117/bjdv8n5-460;</p> <p>Cunha, J. R. A., & Farranha, A. C. (2022). Judicialização da Saúde no Brasil:: categorização das fases decisionais a partir do Supremo Tribunal Federal e os impactos no Sistema Único de Saúde. Public Sciences & Policies, 7(1), 15–35. https://doi.org/10.33167/2184-0644.CPP2021.VVIIIN1/pp.15-35</p> <p>Sarlet, Ingo W.; Barbosa, Jefferson F. O direito fundamental à proteção da saúde na Constituição Federal de 1988 e o papel do Supremo Tribunal Federal do Brasil em tempos pandêmicos, DOI: https://doi.org/10.56242/direitodasaudecomparado;2022;1;1;147-157</p> <p>Material complementar:</p> <p>Moore, Michael. Sicko - S.O.S. Saúde. Documentário, 2007 (120 min)</p>
--	--

<p>Módulo 2</p> <p>Período: 23 a 29 de outubro de 2024</p> <p>Encontro síncrono: 21 de outubro das 9h às 10h30min</p> <p>Carga horária: 6 horas</p>	<p>Ementa: Ética na prolação de decisões judiciais relacionadas ao Direito à Saúde; Evidências em Saúde e decisão judicial; Avaliação de Tecnologias em Saúde (ATS): eficácia, acurácia, eficiência e segurança. Impacto no sistema de Saúde (SUS ou Saúde Suplementar – ANS); CONITEC (Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias do Sistema Único de Saúde); Política Nacional de Medicamentos e Assistência Farmacêutica; Relações de Medicamentos; RENAME, RESME, REMUME; Agência Nacional de Saúde Suplementar; Incorporação de Novas Tecnologias Médicas na Saúde Suplementar; Rol de coberturas obrigatórias e atualização.</p> <p>Vídeo aula</p> <p>Conteúdo programático: Política Nacional de Medicamentos e Assistência Farmacêutica; Relações de Medicamentos; RENAME, RESME, REMUME.</p> <p>Docente: Renata de Lima Machado</p> <p>Encontro síncrono: 21 de outubro de 2024, das 9h às 10h30min Ética na prolação de decisões judiciais relacionadas ao Direito à Saúde. Evidências em Saúde. Avaliação de Tecnologias em Saúde (ATS): eficácia, acurácia, eficiência e segurança. Impacto no sistema de Saúde (SUS ou Saúde Suplementar – ANS).</p> <p>Docentes: Clenio Schulze.</p> <p>Metodologia da aula: <i>Brainstorm</i> para a avaliação diagnóstica sobre o tema da aula (10mim). Exposição dialogada sobre o conteúdo (40min). Estudo de caso (40min.).</p> <p>Metodologia e Avaliação de aprendizagem: Atividade no Glossário – pesquisa, publicação e comentário e Fórum de discussão formativa; presença e participação em encontro síncrono.</p> <p>Material obrigatório:</p> <p>Sculze, Clenio Jair. Judicialização da saúde e novas possibilidades jurídicas. In Revista de Direito da Saúde Comparado, Vol. 1. N. 1, 2022, https://doi.org/10.56242/direitodasaudecomparado;2022;1;1;120-134;</p> <p>Mayernyik M de A, Franco TB. A judicialização da saúde: a biopolítica e os parâmetros éticos na microjustiça de medicamentos no estado do Rio de Janeiro, Brasil. Rev. latinoam. bioet [Internet]. 23º de julho de 2021 [citado 23º de julho de 2021];21(1):31-44. Disponível em: https://revistas.unimilitar.edu.co/index.php/rb/article/view/4788</p> <p>Caetano, Rosangela; Lopes, Luciane C.; Santos, Gustavo, M. L; Castro, Claudia G.S.O . Incorporação e uso de medicamentos no Sistema Único de Saúde: mudanças e riscos com os novos atos normativos do Ministério da Saúde. PERSPECTIVAS • Cad. Saúde Pública 39 (2) 17 Fev 20232023 https://doi.org/10.1590/0102-311XPT148222</p>

<p>Módulo 3</p> <p>Período: 30 de outubro a 05 de novembro de 2024</p> <p>Encontro síncrono: 01 de novembro das 9h às 10h30min</p> <p>Carga horária: 5 horas</p>	<p>Ementa: Precedentes jurisprudenciais dos Tribunais Superiores: a) canabidiol; b) neoplásicos; c) medicamentos de alto custo; d) medicamentos experimentais; e) medicamentos não incorporados; f) rol de procedimentos obrigatórios da ANS; g) terapêuticas para pessoas com transtorno do espectro autista; h) internação psiquiátrica; i) Legitimidade passiva nas demandas sobre fornecimento de medicamentos registrados na ANVISA, mas não padronizados no Sistema Único de Saúde</p> <p>Encontro síncrono: 01 de novembro de 2024, das 9h às 10h30min</p> <p>Conteúdo programático: Precedentes jurisprudenciais dos Tribunais Superiores: a) canabidiol; b) neoplásicos; c) medicamentos de alto custo; d) medicamentos experimentais; e) medicamentos não incorporados; f) rol de procedimentos obrigatórios da ANS; g) terapêuticas para pessoas com transtorno do espectro autista; h) internação psiquiátrica; i) Legitimidade passiva nas demandas sobre fornecimento de medicamentos registrados na ANVISA, mas não padronizados no Sistema Único de Saúde.</p> <p>Docentes: Marcia Hollanda e Katylene Collyer Pires de Figueiredo.</p> <p>Metodologia da aula: Exposição dialogada sobre o conteúdo a partir da leitura prévia - Sala de aula invertida (30min). Seminário de apresentação dos grupos (60min).</p> <p>Metodologia e Avaliação de aprendizagem: Pesquisa na ferramenta WIKI, criação de flashcard no Padlet, atividade em grupo; presença e participação em oficina de encontro síncrono.</p> <p>Leitura obrigatória: Acórdãos a serem apontados (turma dividida em grupos e cada grupo lerá 1 acórdão)</p> <p>Dias, Bruno S., Souza, Leonardo F. X; Simas, Sivonei. A efetivação do direito fundamental à saúde por meio de decisões do poder judiciário no estado contemporâneo. Revista Brasileira de Direitos e Garantias Fundamentais e-ISSN: 2526-0111 Encontro Virtual v. 6 n. 2 p. 01 - 21 Jul/Dez. 2020.</p>
<p>Módulo 4</p> <p>Presencial</p>	<p>Ementa: Acesso equânime à saúde. Novos modelos assistenciais digitais. Métodos de resolução de conflitos na área da saúde. Impacto das decisões judiciais na sustentabilidade da saúde. O rol exemplificativo. Uso da inteligência artificial no suporte às decisões judiciais na área da saúde. Sustentabilidade e judicialização na saúde pública brasileira.</p> <p>Das 09h às 10h - Tema 1 Acesso equânime à saúde – A marca da cidadania Docente: Des. Ricardo Rodrigues Cardoso</p> <p>Das 10h às 11h - Tema 2 A ética, os limites legais e os novos modelos assistenciais digitais Docente: Des. Henrique Carlos Andrade Figueira</p>

<p>Dia 08 de novembro</p> <p>Das 9h às 18h</p> <p>Carga horária: 8 horas</p>	<p>Das 11h às 12h - Tema 3 Como resolver o descumprimento de obrigações, cláusulas abusivas e exclusão de coberturas sem judicialização? Docente: Des. Cesar Felipe Cury</p> <p>Das 12h às 13h30 – Intervalo</p> <p>Das 13h30 às 14h30 - Tema 4 Medicina baseada em evidências e sua relevância para as decisões judiciais na saúde Docente: Des. Elton Martinez Carvalho Leme</p> <p>Das 14h40 às 15h40 - Tema 5 O rol exemplificativo, o desafio da cobertura de doenças raras e inclusão das novas tecnologias diagnósticas e terapêuticas na saúde Docente: Des. Denise Nicoll Simões</p> <p>Das 15h45 às 16h45 - Tema 6 Controvérsias relevantes em saúde: Os caminhos da inteligência artificial no suporte às decisões judiciais, cobertura para TEA, prescrição de canabidiol e cuidados paliativos. Docentes: Des. Marco Aurélio Bezerra de Melo e Des. Federal Carmen Silvia Arruda</p> <p>Das 17h às 18h - Tema 7 Os desafios da sustentabilidade e da judicialização na saúde pública brasileira Docente: Des. Ricardo Couto de Castro</p>
<p>AVALIAÇÃO</p> <p>Período: De 09 a 14 de novembro de 2024</p> <p>Carga horária: 5 horas</p>	<p>Atividade Final: Estudo de Caso - Resolução de caso envolvendo a concretização do direito à saúde</p> <p>Registro Reflexivo</p> <p>Avaliação de Reação</p> <p>Avaliação das Aulas</p>
<p>AVALIAÇÃO (Total 100 pontos)</p>	<p>Participação nas Aulas síncronas – 05 pontos cada (15 pontos)</p> <p>Mural virtual – 5 pontos</p> <p>Glossário - 10 pontos</p> <p>Wiki - 10 pontos</p> <p>Fóruns de discussão: 10 pontos cada (30 pontos)</p> <p>Participação nas oficinas presenciais - 10 pontos</p> <p>Avaliação final: 20 pontos.</p>

CERTIFICAÇÃO	Registro no SIEM Emissão de certificado na plataforma Moodle

INFORMAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO INICIAL DE MAGISTRADOS

1. **METODOLOGIA DO CURSO:** A proposta metodológica da EMERJ está alinhada ao objetivo de desenvolver a educação continuada dos juízes com vistas ao progressivo amadurecimento do seu conhecimento e aprofundamento da atenção permanente para o alcance prático e repercussão social de suas decisões. A metodologia do curso está em consonância com a proposta da ENFAM, que em sua Resolução No. 7 de 7 de dezembro de 2017 (Diretrizes Pedagógicas) estabelece a necessidade da formação dos(as) magistrados(as) possuir um caráter humanista e interdisciplinar. Ela será teórico-prática, tomando a prática jurisdicional como ponto de partida e integradora, buscando apreender a prática jurisdicional como parte e em suas relações com a totalidade complexa constituída pela sociedade. Assim, o processo de aprendizagem ocorre com o protagonismo do magistrado aluno, desencadeando processos de reflexão sobre as situações concretas da prática jurisdicional, estimulando novas formas de agir.
2. **AMBIENTAÇÃO:** Todo o material estará disponível na plataforma Moodle, no endereço <http://virtual.emerj.com.br/>. Os alunos receberão o link para acesso à Plataforma e ao Curso, com um login e senha. Na primeira tela encontrarão todas as informações necessárias para a ambientação: Navegando pela Plataforma; Dicas para EaD; Manual do Aluno; Programação do curso e informações sobre o (a) Tutor (a); Acesso às ferramentas de comunicação que serão utilizadas (Fóruns; chats; vídeos; hiperlinks). Os canais de suporte ao cursista também estão lá informados.
3. **ATUAÇÃO E RESPONSABILIDADES DOS TUTORES:** Conforme Plano de Tutoria enviado aos tutores, faz parte de suas responsabilidades mediar os debates realizados nas atividades síncronas e assíncronas (conforme explicitadas no plano de curso, esclarecer as dúvidas dos alunos e dar feedback dentro dos prazos estipulados no plano de tutoria, avaliar as atividades realizadas pelos alunos de acordo com a proposta metodológica e avaliativa descrita no plano de curso e estimular a participação criando um clima de cooperação entre os participantes por meio de mensagens no chat e/ou nos fóruns de discussão.
4. **ATUAÇÃO E RESPONSABILIDADES DOS ALUNOS:** Os alunos deverão participar de todas as atividades presenciais e a distância (síncronas e assíncronas) descritas no plano de curso de modo que haja a necessária interação entre conteúdo/docentes/discentes, devendo cumprir a porcentagem das atividades consideradas obrigatórias (conforme descritas no plano de curso no item Avaliação) e atingir os critérios para certificação.
5. **AVALIAÇÃO.** Na formação dos(as) magistrados(as) entende-se a avaliação como um processo contínuo e sistemático, sendo concebida como parte integrante do processo de ensino-aprendizagem. Ela deve ocorrer com foco na prática profissional, em todos os momentos do processo de aprendizagem, mediante diversos instrumentos e procedimentos avaliativos e articulados com todos os objetivos das ações educacionais planejadas. A avaliação de aprendizagem do aluno será individual e contínua e levará em conta a participação nos Fóruns de Discussão, a realização das Questões Formativas e a realização das demais atividades avaliativas propostas em cada módulo. Será disponibilizado, também na plataforma, um formulário para elaboração do Registro Reflexivo. Para a avaliação do curso o magistrado cursista preencherá um formulário de reação, conforme escala de valores para cada quesito, alinhada às diretrizes da ENFAM, tais como: avaliação dos professores, avaliação dos temas apresentados, carga

horária, qualidade do material de apoio e integração dos participantes durante o curso no próprio ambiente Moodle. Essa avaliação de impacto dos resultados alcançados pela realização do curso é de grande importância tanto para o processo de autoavaliação dos(as) magistrados(as) quanto para o processo de aprimoramento constante dos cursos oferecidos por essa Escola.

6. **FREQUÊNCIA E APROVAÇÃO:** A aferição da participação dos cursistas se dará pela realização das atividades propostas ao longo do curso, devendo ao final atingir o mínimo de 75% de aproveitamento, conforme Instrução Normativa Enfam n.1/2017, sendo condição para a certificação e atribuição das horas de aperfeiçoamento.
7. **DESISTÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO.** A desistência de participação em atividade promovida pela Escola Judicial, para a qual tenha sido efetuada inscrição, deverá ser comunicada no prazo de até 2 (dois) dias úteis antes do início do evento, por meio de mensagem eletrônica para a caixa de mensagens deama.emerj@tjrj.jus.br